

## NOTAS SOBRE O POLITICAMENTE CORRETO

“Entre el verbo y la espada, el momento es, predominantemente, del verbo.” (Heinz Dieterich Steffan, marxista. *El Socialismo del Siglo XXI*, p. 58)

Hoje todos falamos mal do politicamente correto, inclusive na universidade, seu centro gerador, mas não dá para esquecer que quem abriu caminho para melhor enxergar a imbecilidade da coisa, quase solitariamente, foi o filósofo Olavo de Carvalho, no início dos anos 90.

Lembro do colega que, em 1992 ou 93, apareceu com um recorte da *Folha* (com artigo do Olavo, quando ainda o convidavam a publicar ali), sintetizando por escrito tudo o que esse colega e eu já começávamos a murmurar pelos corredores da Unesp, mas ainda sem coragem de enfrentar o establishment acadêmico com aquelas ideias na contramão.

*O imbecil coletivo*, primeiro livro de projeção do filósofo, vai ficar na história da cultura brasileira como marco decisivo da inteligência, toque de alarme para acordar o país já à beira do buraco. Mas o país não ouviu e mergulhou — fundo, fundo, fundo — num oceano imensamente fecal.

O politicamente correto é, antes de tudo, um produto da linguagem, dessa discreta, mas teimosa manipulação da linguagem, que tem sido uma das marcas registradas da Nova Esquerda. Produto, sim, e ao mesmo tempo instrumento da mais recente estratégia “revolucionária” (no sentido que o mesmo Olavo de Carvalho atribui à palavra, como esforço contínuo, desde o século XV, para “tomar o lugar do Cristo anunciado no Apocalipse e substituí-lo por um agente terrestre no papel de salvador da humanidade”). Como tal, candidata-se a ocupar o vazio deixado pelo velho comunismo soviético que, embora criador das mais sofisticadas técnicas de desinformação e maquiagem da realidade, ainda estava associado a certas práticas assustadoras do ponto de vista ocidental.

Diferente do simbolismo cafona da foice e do martelo, a nova esquerda queria vender a ideia de que o pessoal progressista era intrinsecamente light; e saía por aí defendendo coisas que o senso comum aprovaria, embora continuasse a praticar, na sombra, o catecismo revolucionário.

Como substituto do comunismo histórico, é expressão de uma pluralidade de frentes que abrange liberais, social-democratas e marxistas gramscianos, todos mais ou menos convencidos da inevitabilidade de mudanças radicais de valores, ampliando consideravelmente o projeto revolucionário da velha esquerda, com a inclusão de novos itens, como ambientalismo, multiculturalismo, pacifismo.

Eram e são, porém, homens de duas palavras. A convicção atual das esquerdas, de que o poder só poderá ser tomado por vias indiretas e pacíficas, mudou a maneira de agir do militante ou do artista engajado. Se antes podia ser vantagem deixar bem explícita a intenção proselitista, com uma postura até ou quase insurrecional, agora é mais conveniente o disfarce mais cândido.

Em geral defendem a tese do aquecimento global antropogênico, adepto da energia renovável e do meio ambiente intocável, sobretudo porque viu nisso uma forma de enfraquecer as grandes economias ocidentais. Há quem veja, nas teses ambientalistas, fortes aliadas dos construtores de uma nova religiosidade, de base panteísta, tudo com o selo globalista da ONU. Mas podem, ocasionalmente, estimular ou até aderir discretamente ao ponto de vista contrário, como é o caso do PT, no Brasil, que diante das presumíveis reservas de petróleo no fundo do Atlântico, andou patrocinando sites e aparições midiáticas de representantes brasileiros do pensamento ambientalista dito cético, que discorda da predominância de fatores humanos na mudança climática.

São relativistas, para quem todas as culturas se equivalem, ao contrário do euro-centrismo dominante no Ocidente até a década de sessenta, no séc. XX. Sua expressão mais concreta, o chamado multiculturalismo, é responsável pela eliminação da “alta cultura”,

que acusa de *ideológica* (naquele sentido de trabalhar a favor da mentalidade burguesa), e a implantação da mais profunda revolução educacional de que se tem notícia na história humana, segundo moldes elaborados pela UNESCO nos últimos cinquenta anos. Sua defesa de liberdade de cátedra e imprensa livre não impede, porém, que manipule informações e conteúdos, quando for do interesse da causa.

Não é de hoje que a linguagem é uma das mais poderosas armas de guerra. No seu livro sobre filosofia marxista da linguagem, diz Bakhtin, um dos gurus dos nossos cursos de letras, que “O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.” É preciso colocar “a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias.” (*Marxismo e filosofia da linguagem*, p. 30-34)

Evidentemente, o marxista Bakhtin usa aqui ideologia não no sentido genérico de pensamento comum de certo grupo social, mas como conjunto de conceitos criados pela burguesia para justificar sua dominação sobre a classe trabalhadora.

Um discípulo de Bakhtin, o linguista V. V. Ivanov, reafirmando a noção de que as línguas são meios de transporte das ideias válidas em determinado grupo social, garante que o indivíduo assimila, já na infância, junto com o mecanismo da língua, o sistema de valores da sociedade embutidos naquela. Assim, aprender a falar, a ler e a escrever seriam, em vez de início da libertação do espírito, o começo do aprisionamento ideológico, e a língua um verdadeiro instrumento de controle comportamental (cf. Edward Lopes, *Fundamentos da linguística contemporânea*, Cultrix, 1976).

Essa importância atribuída à palavra, à função transformadora da linguagem, vinha da suspeita de que a linguagem, mais do que simples veículo de significados, era uma usina produtora de realidades: os nomes dados às coisas determinam nosso modo de vê-las e de lidar com elas.

“Não há instrumento de controle social mais eficiente do que a imposição de novas normas de linguagem, que limitam o pensamento e modelam a conduta das multidões e mesmo das elites sem que estas ou aquelas, no mais das vezes, cheguem sequer a perceber que estão sendo manipuladas.

Nas altas esferas do movimento comunista, o emprego desse instrumento foi adotado como estratégia prioritária de guerra cultural para a destruição da civilização do Ocidente desde pelo menos a segunda década do século XX, entrando numa etapa de aplicação maciça, em escala mundial, a partir dos anos 60.

Hoje em dia, o controle esquerdista do vocabulário é um fato consumado, e aqueles que riam dele vinte anos atrás são os primeiros a submeter-se à autoridade postiça que prescreve limites à sua liberdade não só de expressão, mas até de pensamento.” (Olavo de Carvalho, *Diário do Comércio*, 8 de março de 2010)

Manipulação da linguagem e controle do comportamento sempre estiveram muito unidos, na União Soviética. Manuais secretos para treinamento da técnica da “desinformação” foram produzidos pelos comunistas russos. Segundo o ex-oficial da KGB Anatoli Golytsin, em *Novas mentiras velhas* (trad. de Henrique Dmyterko), o próprio Lênin, nos anos 20, já defendia o uso de linguagem moderada, aumentando a distância entre as palavras e a violência real do regime soviético.

Na era pós stalinista, para melhorar a imagem do regime totalitário, expressões como “a ditadura do proletariado” ou “leninista” eram cuidadosamente evitadas, tática seguida de perto pelos partidos eurocomunistas que, nos anos setenta, passavam por dissidentes, quando há boas chances de terem sido estimulados e até financiados por Moscou.

Aparentemente, a atual mania do “linguisticamente correto” não passaria de uma simples troca de roupa verbal — a roupa suja pela nova, a palavra discriminatória pela educada. Logo se viu, porém, o trabalho mais profundo de manipulação vocabular que

os ativistas faziam, mudando palavras com o objetivo claramente político de mudar valores e atitudes quanto à cultura, religião, classe, raça, gênero (incluídos aqui as novas modalidades), doenças e deficiências em geral, meio ambiente, com a bioética e o direito dos animais.

As velhas palavras estão de tal modo impregnadas das coisas — não só das imagens das coisas, mas das próprias coisas — que chegam a confundir-se existencialmente com elas. Há coisas boas e más, feias e belas, oportunas e dispensáveis, e é por isso que, num determinado momento da história da linguagem, surgiu o eufemismo, precursor da civilização, jogando um véu suavizante na aspereza nua e crua da palavra original, que deixava a realidade multiforme subitamente diante de todos.

Nenhuma atitude seria mais cortês do que a substituição de certas palavras, tidas por ofensivas, por outras mais neutras, se a situação o exigisse e o falante pudesse escolher por si mesmo entre as opções abertas à sua liberdade.

Mas não é isso o que pretende a “etiqueta” do politicamente correto; bem diversa é a sua utilização política do eufemismo, que nada tem a ver com a velha prática das boas maneiras. Só lhe interessa preparar reformas mais profundas no comportamento das pessoas, através dos atuais engenheiros sociais — ou engenheiros de almas, como preferia Stalin —, como linha auxiliar na mudança de valores e atitudes. Seu pacifismo e bom-mocismo não passam de fachada: é a velha pele de cordeiro encobrindo o não menos vetusto lobo mau.

Este saneamento linguístico engana bem. Visa, aparentemente, proteger de certas palavras mais duras algumas categorias “normais” de indivíduos, transformando surdos em deficientes auditivos, gogos em disfluentes, deficientes em portadores de necessidades especiais, velhos em idosos, velhice em terceira idade, gordos glutões em obesos vitimados pelo marketing alimentar, etc. Nesse caso de renomeação de doenças e deficiências em geral, não se deve descartar a hipótese de mimetismo do politicamente correto esquerdista da parte dos

conservadores, num excelente treino para já os habilitar para a aceitação de mudanças linguísticas mais politizadas.

Exemplo atual desta última é o abrandamento do léxico homossexual, visando cortar não só termos populares carregados de malícia, mas encontrar uma palavra que colaborasse na tarefa de eliminar qualquer traço de anormalidade no comportamento dessa minoria. A palavra homossexualismo, com o suspeito “ismo” indicativo de crença, tendência ou patologia, deveria ser substituída por homossexualidade, substantivo abstrato livre de manchas semânticas.

Várias se candidataram para designar a pessoa que é atraída por outra do mesmo sexo: homossexual, gay, mas nenhuma tem o poder de limpar a ficha do pessoal como a mais recente delas, homoafetivo, cuja aceitação ou imposição já seria meio caminho andado para o instituição do casamento gay. Sem esquecer homofobia, é a pessoa preconceituosa em relação aos homoafetivos em geral.

Os negros só começaram a implicar, publicamente, com as palavras usadas para nomeá-los, a partir do momento em que alguns deles se organizaram em grupos ativistas, atribuindo-se o poder de representar o conjunto. Os descendentes de africanos já foram pretos, depois negros e agora são afro-descendentes, mas não eram poucos os que entre si abusavam do próprio vocabulário “incorreto”, numa divertida atitude “auto-racista” que hoje amarelariam de espanto os negros mais militantes.

O mesmo se deu com as feministas. Já proliferam, na universidade brasileira, trabalhos feministas que procuram vingar-se retroativamente do patriarcado machista. Antes, porém, que isso virasse moda no Brasil, tive uma colega folclórica que defendeu no doutorado a tese segundo a qual Bentinho era homossexual não assumido, e seu principal objeto de desejo o amigo Escobar. A capitosa Capitu era só o terceiro vértice do triângulo — a incômoda pedra no meio do caminho.

De qualquer maneira, o trabalho dos militantes consistia em convencer suas “minorias” do direito de exigir novo tratamento

linguístico, e as majorias do dever de substituir os termos ofensivos, velhas palavras da tribo que deviam ir para o baú de guardados.

Essa substituição do tecido verbal só funciona quando é resultado de um condicionamento planejado, de uma manipulação astuta das palavras, e aqui já estamos em pleno território da “desinformação”.

Na ação de informar um acontecimento ou uma ideia, o emissor da mensagem, como gostam de dizer os linguistas, limita-se a revelar o que sabe. É o que chamam de função referencial da linguagem. Dependendo, porém, da gravidade da informação, a mensagem pode forçar o receptor a tomar alguma decisão muito séria, numa espécie de coação involuntária. Sem querer, portanto, uma atitude meramente referencial pode adquirir aspectos impositivos, embora não fosse essa a intenção do emissor.

Na desinformação — transformação distorcida da mensagem para manipular a opinião pública —, as duas funções da linguagem misturam-se no mesmo ato e ao mesmo tempo: uma informação explícita e aparentemente referencial, veiculada em tom neutro, encobrirá sempre uma intenção de compelir, ainda que espertamente disfarçada pela primeira. O verdadeiro propósito é militante — a serviço de partidos e doutrinas —, visando mudar o pensamento e o comportamento alheio.

A astúcia do disfarce é, portanto, a alma da desinformação. A polêmica causada por uma certa *Cartilha do politicamente correto*, lançada pelo governo petista em 2004, ilustra bem a questão. Encontrável, ainda hoje, em qualquer esquina da internet, a cartilha é uma criatura bem odradekiana, à Kafka, embrião de dicionário do politicamente correto, que a Secretaria de Direitos Humanos do PT queria distribuir a “formadores de opinião” do país, professores, jornalistas e políticos, coagindo-os delicadamente a mudar a roupa suja da nossa velha língua.

O “jogo limpo” não funcionou. A reação veio da própria e camaleônica esquerda, com direito a escárnio nas colunas do João Ubaldo Ribeiro e do Ferreira Gullar. O governo mandou

interromper a panfletagem e prometeu um seminário sobre “Linguagem, poder e preconceito” para junho daquele mesmo ano (2005). O seminário parece que não aconteceu. Nem haveria clima, pois logo mais começaria o show politicamente incorretíssimo do Mensalão.

Por enquanto, a coisa é só engraçada e subdesenvolvida. Não será com cartilhas distribuídas à luz do sol que a esquerda apressará a realização do pesadelo orwelliano do *1984*, cujo “dicionário novilinguístico” vinha, a cada reedição, gracilianicamente mais enxuto de palavras, aspirando à “desedição” definitiva, sem palavras e papel (como aqueles óculos da piada, sem armação nem lentes).

Não havia nem há necessidade alguma de cartilhas cômicas como aquela, pois a operação de substituir palavras “incorretas” por “corretas” já estava indo e continua indo muito bem, obrigado.